Medida Provisória nº 1138, de 2022

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor sobre a alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte incidente sobre as operações a que se refere.

Explicação da Ementa:

A Medida Provisória altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor sobre a redução da alíquota do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF incidente sobre operações que impactam diretamente o setor do turismo.

Assunto: Economia e Desenvolvimento - Tributos

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada na íntegra

Destino: À promulgação

Último local: 28/02/2023 - Secretaria de Expediente

Último estado: 01/03/2023 - TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Despacho:

23/02/2023

Decisão da Presidência

Ao Plenário, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8,

(SF-PLEN) Plenário do Senado Federal

Relatoria:

PLEN - (Plenário do Senado Federal)

Relator(es):

Senadora Daniella Ribeiro (encerrado em 28/02/2023 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

07/08/2025 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: A matéria vai ao arquivo.

01/03/2023 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 48, de 01/03/23, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 16/23, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, participando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.537, de 28 de fevereiro de 2023.

Remetido Ofício CN nº 49, de 01/03/23, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o arquivo daquela Casa.

Publicado no DCN Páginas 599-600 - DCN nº 9

01/03/2023 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

TRAMITAÇÃO

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Ação: (CN) MESA.
PROMULGADA. LEI N° 14537 DE 2023.
DOU (Diário Oficial da União) - 01/03/2023 - Seção I - pág. 2.
Promulgada em 28/02/2023.

28/02/2023 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado.

28/02/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: APROVADA A MEDIDA PROVISÓRIA

Ação: (Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 28/02/2023)
Encaminhada à publicação a presente MPV, recebida no Senado Federal.
Encaminhada à publicação a Emenda nº 9-PLEN, de 2023.
Proferido pela Senadora Daniella Ribeiro o Parecer nº 2, de 2023-PLEN/SF, favorável à Medida Provisória e contrário à emenda apresentada.
Aprovados, conjuntamente, os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; e, no mérito, aprovada a MPV nº 1138, de 2022.
A matéria vai à promulgação.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 37-43 - DSF nº 23

Publicado no DSF Páginas 94-104 - DSF nº 23

Publicado no DSF Páginas 88-92 - DSF nº 23

28/02/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encerrada a relatoria da Senadora Daniella Ribeiro por deliberação da matéria.

28/02/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Recebida a Emenda nº 9, do Senador Carlos Viana.

28/02/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Recebido o relatório da senadora Daniella Ribeiro.

27/02/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA

Ação: Incluída em Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Extraordinária de 28/02/2023.
Prazo de emendamento: até o encerramento da discussão.

23/02/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Designada Relatora de Plenário a Senadora Daniella Ribeiro.

TRAMITAÇÃO

15/02/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Aguardando leitura no Senado Federal.

15/02/2023 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 25/2023/SGM-P.

14/02/2023 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Apresentação do Autógrafo n. 1 MESA, pela Câmara dos Deputados.
Apresentação da Redação Final n. 1 PLEN, pelo Deputado Pedro Paulo (PSD/RJ).

14/02/2023 PLEN - Plenário

Ação: Leitura do recebimento do Ofício nº 399/2022, do Congresso Nacional (CN), que encaminha o processado da Medida Provisória n° 1.138/2022 (Sessão Deliberativa Extraordinária de 14/2/2023 - 13h55 - 6ª Sessão).
Discussão em turno único.
Designado Relator, Dep. Pedro Paulo (PSD-RJ), para proferir Parecer em Plenário à matéria e às Emendas 1 a 8, pela Comissão Mista do Congresso Nacional.
Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Pedro Paulo (PSD-RJ), pela Comissão Mista do Congresso Nacional, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.138, de 2022; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.138, de 2022, e das emendas apresentadas perante a Comissão Mista, com a ressalva das emendas nºs 2, 3, 4, 5, 6, 7, e 8, consideradas inconstitucionais; pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.138, de 2022; pela não implicação financeira ou orçamentária das Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8; e pela inadequação orçamentária e financeira da Emenda nº 1; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.138, de 2022, e pela rejeição de todas as emendas apresentadas perante a Comissão Mista.
Discutiram a Matéria: Dep. Kim Kataguiri (UNIÃO-SP), Dep. Marcel van Hattem (NOVO-RS), Dep. Capitão Alberto Neto (PL-AM) e Dep. Erika Kokay (PT-DF).
Encerrada a discussão.
Encaminharam a Votação da Matéria: Dep. Marcel van Hattem (NOVO-RS) e Dep. Capitão Alberto Neto (PL-AM).
Votação preliminar em turno único.
Encaminhou a Votação do Parecer Preliminar o Dep. Abilio Brunini (PL-MT).
Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e à adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião pelo não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela inadequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
Votação, quanto ao mérito, em turno único.
Aprovada a Medida Provisória nº 1.138, de 2022.
Votação da Redação Final.
Aprovada a Redação Final assinada pelo relator, Dep. Pedro Paulo (PSD-RJ).
A matéria vai ao Senado Federal (MPV 1.138-A/2022).

14/02/2023 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Apresentação do Parecer Preliminar de Plenário n. 1 PLEN, pelo Deputado Pedro Paulo (PSD/RJ).

14/02/2023 PLEN - Plenário

Ação: Designado Relator, Dep. Pedro Paulo (PSD-RJ)

21/12/2022 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

TRAMITAÇÃO

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

23/11/2022 CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ação: Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 24/11/2022 PAG 410

17/11/2022 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Prorrogação do prazo para Deliberação da Medida Provisória por 60 dias. Data final após prorrogação: 01/03/2023. Motivação: ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 79, DE 2022.

Publicado no DCN Páginas 27 - DCN nº 44

17/11/2022 PLEN - Plenário

Ação: Ato n. 79, de 16/11/2022, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, prorroga a vigência da Medida Provisória, por sessenta dias (DOU de 17/11/2022 – Seção 1 – Página 6)

17/11/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Ao Plenário, para leitura do ofício de encaminhamento. Publique-se.

14/11/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Recebido o Ofício n. 399/2022, que encaminha, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal n° 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1.138, de 2022, queAltera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor sobre a alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte incidente sobre as operações a que se refere".
Recebida a Mensagem nº 527/2022, do Poder Executivo, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 1138/2022.

14/11/2022 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: MEDIDA PROVISÓRIA ENVIADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Remetido Ofício CN nº 399, de 14/11/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal n º 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1.138, de 2022.

27/09/2022 CMMPV 1138/2022 - Comissão Mista da Medida Provisória n° 1138, de 2022

Ação: À Secretaria de Expediente para envio à Câmara dos Deputados, nos termos do art. 7º do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1 de 2020.

27/09/2022 CMMPV 1138/2022 - Comissão Mista da Medida Provisória n° 1138, de 2022

Ação: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 8 emendas à Medida Provisória, de autoria dos seguintes parlamentares: Deputado Federal Alexis Fonteyne (NOVO/SP) 001; 002; 003; 004; 005; Deputado Federal Otto Alencar Filho (PSD/BA) 006; Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP/RS) 007; Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR) 008.
As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 29/09/2022.

Publicado no DCN Páginas 61-82 - DCN nº 37

TRAMITAÇÃO

22/09/2022 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: MATÉRIA DESPACHADA

Ação: À Coordenação de Comissões Mistas (COCM) para recebimento de emendas.

22/09/2022 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: AGUARDANDO DESPACHO

Ação: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 22/09/2022 a 20/11/2022
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 22/09/2022 a 26/09/2022(art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 06/11/2022 (46º dia)

* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

* As emendas poderão ser enviadas pelo sistema até as 23h59 do dia 26/09/2022.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

22/09/2022 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Publicada no DOU de 22/09/2022, na página 12, a Medida Provisória 1138/2022.

Publicado no DOU Páginas 12

DOCUMENTOS

MPV 1138/2022

Data: 22/09/2022

Autor: Presidência da República

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor sobre a alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte incidente sobre as operações a que se refere.

Calendário

Data: 22/09/2022

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 22/09/2022 a 20/11/2022
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 22/09/2022 a 26/09/2022(art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 06/11/2022 (46º dia)

* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

* As emendas poderão ser enviadas pelo sistema até as 23h59 do dia 26/09/2022.

DOCUMENTOS

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

Avulso inicial da matéria

Data: 22/09/2022
Autor: Senado Federal
Local: null
Descrição/Ementa: -

Quadro Comparativo

Data: 22/09/2022
Autor: Congresso Nacional
Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional
Ação Legislativa: Publicada no DOU de 22/09/2022, na página 12, a Medida Provisória 1138/2022.
Descrição/Ementa: Comparação entre o texto original e a legislação alterada.

EMENDA 1 - MPV 1138/2022

Data: 23/09/2022
Autor: Deputado Federal Alexis Fonteyne (NOVO/SP)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1138, de 2022
Descrição/Ementa: Emenda à MP 1138/2022, que altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor sobre a alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte incidente sobre as operações a que se refere.

EMENDA 2 - MPV 1138/2022

Data: 23/09/2022
Autor: Deputado Federal Alexis Fonteyne (NOVO/SP)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1138, de 2022
Descrição/Ementa: Emenda à MP 1138/2022, que altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor sobre a alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte incidente sobre as operações a que se refere.

EMENDA 3 - MPV 1138/2022

Data: 23/09/2022
Autor: Deputado Federal Alexis Fonteyne (NOVO/SP)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1138, de 2022
Descrição/Ementa: Emenda à MP 1138/2022, que altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor sobre a alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte incidente sobre as operações a que se refere.

EMENDA 4 - MPV 1138/2022

Data: 23/09/2022
Autor: Deputado Federal Alexis Fonteyne (NOVO/SP)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1138, de 2022
Descrição/Ementa: Emenda à MP 1138/2022, que altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor sobre a alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte incidente sobre as operações a que se refere.

EMENDA 5 - MPV 1138/2022

DOCUMENTOS

Data: 23/09/2022

Autor: Deputado Federal Alexis Fonteyne (NOVO/SP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1138, de 2022

Descrição/Ementa: Emenda à MP 1138/2022, que altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor sobre a alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte incidente sobre as operações a que se refere.

EMENDA 6 - MPV 1138/2022

Data: 26/09/2022

Autor: Deputado Federal Otto Alencar Filho (PSD/BA)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1138, de 2022

Descrição/Ementa: Art. 1º. Inclua-se na MP os artigos abaixo, com a seguinte redação: "Art. x. O art. 13 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 13: A pessoa jurídica, cuja receita bruta total, no calendário anterior, tenha tido receita igual ou superior a R$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) ou R$ 10.833,333,33 (dez milhões, oitocentos e trinta e três mil, trezentos e três reais e trinta e três centavos) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano calendário anterior, quando inferior a 12 meses, poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido. Art. xx. O inciso I do art. 14 da Lei nº 9.718, de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 14 ..... I - cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior ao limite R$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses. ....." (NR)

EMENDA 7 - MPV 1138/2022

Data: 26/09/2022

Autor: Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP/RS)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1138, de 2022

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor sobre a alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte incidente sobre as operações a que se refere.

EMENDA 8 - MPV 1138/2022

Data: 26/09/2022

Autor: Senador Flávio Arns (PODE/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1138, de 2022

Descrição/Ementa: EMENDA MPV 1138-2022

Avulso de emendas

Data: 27/09/2022

Autor: Senado Federal

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1138, de 2022

Ação Legislativa: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 8 emendas à Medida Provisória, de autoria dos seguintes parlamentares: Deputado Federal Alexis Fonteyne (NOVO/SP) 001; 002; 003; 004; 005; Deputado Federal Otto Alencar Filho (PSD/BA) 006; Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP/RS) 007; Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR) 008.
As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 29/09/2022.

Descrição/Ementa: Avulso de emendas da MPV 1138/2022.

Nota Técnica

Data: 27/09/2022

Autor: Senado Federal

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1138, de 2022

Descrição/Ementa: Nota Técnica de Adequação Orçamentária e Financeira nº 47/2022, referente à MPV nº 1.138/2022, da Consultoria de

DOCUMENTOS

Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal.

OFCN 399/2022

Data: 14/11/2022

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 399, de 14/11/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal n º 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1.138, de 2022.

Descrição/Ementa: Encaminha à Câmara dos Deputados o processado da Medida Provisória n° 1138, de 2022.

Ato

Data: 18/11/2022

Autor: Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Local: null

Descrição/Ementa: Prorroga o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1138/2022, pelo período de sessenta dias.

Autógrafo aprovado na

Data: 15/02/2023

Autor: Câmara dos Deputados

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor sobre a alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte incidente sobre as operações a que se refere; e revoga dispositivos das Leis nºs 12.810, de 15 de maio de 2013, 12.844, de 19 de julho de 2013, e 13.315, de 20 de julho de 2016.

OFC 25/2023 - Câmara dos

Data: 15/02/2023

Autor: Câmara dos Deputados

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Ofício nº 25/2023 - Envio da MPV 1138/2022 para apreciação do Senado Federal.

Avulso inicial da matéria

Data: 28/02/2023

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: (Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 28/02/2023)
Encaminhada à publicação a presente MPV, recebida no Senado Federal.
Encaminhada à publicação a Emenda nº 9-PLEN, de 2023.
Proferido pela Senadora Daniella Ribeiro o Parecer nº 2, de 2023-PLEN/SF, favorável à Medida Provisória e contrário à emenda apresentada.
Aprovados, conjuntamente, os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; e, no mérito, aprovada a MPV nº 1138, de 2022.
A matéria vai à promulgação.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Descrição/Ementa: Avulso da MPV 1138/2022.

Relatório Legislativo

DOCUMENTOS

Data: 28/02/2023

Autor: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Recebido o relatório da senadora Daniella Ribeiro.

Descrição/Ementa: Relatório MPV 1138/2022 - IRRF Turismo

EMENDA 9 PLEN - MPV

Data: 28/02/2023

Autor: Senador Carlos Viana (PODE/MG)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Recebida a Emenda nº 9, do Senador Carlos Viana.

Descrição/Ementa: emenda a MPV 1138.2022

Avulso de emendas

Data: 28/02/2023

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: (Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 28/02/2023)
Encaminhada à publicação a presente MPV, recebida no Senado Federal.
Encaminhada à publicação a Emenda nº 9-PLEN, de 2023.
Proferido pela Senadora Daniella Ribeiro o Parecer nº 2, de 2023-PLEN/SF, favorável à Medida Provisória e contrário à emenda apresentada.
Aprovados, conjuntamente, os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; e, no mérito, aprovada a MPV nº 1138, de 2022.
A matéria vai à promulgação.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Descrição/Ementa: -

P.S 2/2023 - PLEN

Data: 28/02/2023

Autor: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: (Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 28/02/2023)
Encaminhada à publicação a presente MPV, recebida no Senado Federal.
Encaminhada à publicação a Emenda nº 9-PLEN, de 2023.
Proferido pela Senadora Daniella Ribeiro o Parecer nº 2, de 2023-PLEN/SF, favorável à Medida Provisória e contrário à emenda apresentada.
Aprovados, conjuntamente, os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; e, no mérito, aprovada a MPV nº 1138, de 2022.
A matéria vai à promulgação.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Descrição/Ementa: Parecer nº 2, de 2023-PLEN/SF.

Minuta

Data: 28/02/2023

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Anexado o texto revisado.

DOCUMENTOS

MPCN 16/2023

Data: 01/03/2023

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 48, de 01/03/23, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 16/23, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, participando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.537, de 28 de fevereiro de 2023.

Remetido Ofício CN nº 49, de 01/03/23, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o arquivo daquela Casa.

Descrição/Ementa: Encaminha à Presidência da República o autógrafo promulgado da Medida Provisória n° 1.138, de 2022.

OFCN 48/2023

Data: 01/03/2023

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 48, de 01/03/23, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 16/23, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, participando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.537, de 28 de fevereiro de 2023.

Remetido Ofício CN nº 49, de 01/03/23, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o arquivo daquela Casa.

Descrição/Ementa: Encaminha a Mensagem da Presidência da Mesa do Congresso Nacional participando a promulgação da Medida Provisória n° 1.138, de 2022.

OFCN 49/2023

Data: 01/03/2023

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 48, de 01/03/23, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 16/23, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, participando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.537, de 28 de fevereiro de 2023.

Remetido Ofício CN nº 49, de 01/03/23, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o arquivo daquela Casa.

Descrição/Ementa: Encaminha à Câmara dos Deputados o autógrafo promulgado da Medida Provisória n° 1.138, de 2022.

Autógrafo - MPV 1138/2022

Data: 01/03/2023

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 48, de 01/03/23, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 16/23, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, participando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.537, de 28 de fevereiro de 2023.

Remetido Ofício CN nº 49, de 01/03/23, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o arquivo daquela Casa.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor sobre a alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte incidente sobre as operações a que se refere.

Ofício

DOCUMENTOS

Data: 09/03/2023

Autor: Ministra de Estado do Turismo Daniela Carneiro

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: Ofício 40/2023 da Ministra de Estado do Turismo Daniela Carneiro com manifestação pela inclusão da MP 1.138/2023 na pauta do Senado Federal.

Correspondência Eletrônica

Data: 09/03/2023

Autor: Associação Brasileira de Agências de Viagens - ABAV NACIONAL e outros

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: Manifestação de apoio pela aprovação da MP 1.138/2022 da Associação Brasileira de Agências de Viagens - ABAV NACIONAL, Associação Brasileira de Agências de Viagens Corporativas - ABRACORP, Associação Brasileira das Operadoras de Turismo - BRAZTOA e Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos - CLIA BRASIL.

ATCN 79/2022

Data: 09/09/2024

Autor: Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Local: null

Descrição/Ementa: Prorroga o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1.138/2022, pelo período de sessenta dias.
